

# VIVÊNCIAS CELEBRATIVAS NA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DOS HOMENS PRETOS EM DESTERRO/SC, SÉCULO XIX<sup>1</sup>

Karla Leandro Rascke  
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

**Resumo:** No presente trabalho, pretendemos apresentar a cidade de Desterro (Santa Catarina) do século XIX percebendo africanos(as) e afrodescendentes, principalmente atentando para a Irmandade do Rosário, a fim de entender sua estrutura de funcionamento, as atribuições da Mesa Administrativa, o comprometimento de Irmãos e Irmãs, as decisões tanto “na esfera do temporal quanto do espiritual”. Na tentativa de encontrar resquícios do passado que permita conhecer aspectos culturais destes sujeitos históricos, o foco deste artigo volta-se aos sons, performances e celebrações produzidas neste espaço de vivências africanas.

**Palavras-Chave:** História, Irmandade, Festas.

**Abstract:** In this work, we intend to present the city of Desterro (Santa Catarina) nineteenth century realizing africans and african descent, particularly noting the Brotherhood of the Rosary in order to understand its operating structure, the functions of the Bureau Administratively, the commitment of brothers and sisters, both decisions "in the sphere of the temporal and the spiritual." In trying to find remnants of the past to ascertain cultural aspects of these historical subjects, the focus of this article turns to sounds, performances and celebrations produced in this area of african experiences.

**Keywords:** History, Brotherhood, Festivities.

## A Irmandade e alguns apontamentos iniciais

O presente artigo explora vestígios da presença e atuação de uma Irmandade leiga em Desterro, atual Florianópolis, no decorrer do século XIX. Procuramos apresentar apontamentos acerca de experiências e vivências africanas nesta agremiação, percebendo seu modo de funcionamento e os diferentes aspectos das festividades promovidas pelos Irmãos e Irmãs associadas.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Desterro surgiu oficialmente em 1750, quando seu primeiro Compromisso foi aprovado. No entanto, a associação já realizava encontros e mobilizava os associados em período anterior a este, momento em que se estruturava para funcionar dentro das normas exigidas pela Coroa e pela Igreja.<sup>2</sup>

O Compromisso ou estatuto organizava direitos e deveres dos membros de uma irmandade, diferenciando-se de acordo com as características locais de cada associação e as exigências específicas de cada época em que era apresentado para aprovação. Os Compromissos são divididos em capítulos que tratam dos objetivos da Irmandade, da condição jurídico civil daqueles que poderão ser aceitos por irmãos e irmãs, e também seus direitos e deveres, suas formas de organização, além de questões religiosas e sociais (SIMÃO, 2008; ALVES, 2006; RASCKE, 2013).

Fundada por africanos e africanas no século XVIII, devotas a Nossa Senhora do Rosário, e em meados do século XIX a São Benedito, a Irmandade compunha o cenário de uma cidade múltipla, dinâmica e marcada pela presença africana, movimentada por diferentes homens e mulheres e por um porto com grande fluxo de trabalhadores/as a desenvolver atividades quotidianas ao funcionamento da cidade.

Pensar na Desterro do século XIX implica entender quem fazia parte do contingente populacional. Relatório apresentado à Assembleia Provincial de Santa Catarina pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti Lacerda no ano de 1867 e o Censo de 1872, do qual Fernando Henrique Cardoso (2000) se utilizou para observar a sociedade desterrense daquele período aponta que em 1866 a freguesia de Desterro tinha 4.361 brancos, 1.275 pretos<sup>3</sup> e 838 pardos; em 1872, havia 5.884 brancos, 1.910 pretos e 1.296 pardos (CARDOSO, 2000, p. 136). Tais números permitem considerar que a população afrodescendente nos dois períodos chegava, respectivamente, a 32,64% e 35,27%. Tais números apresentam indícios significativos da presença de origem africana numa cidade localizada ao sul do Brasil, marcada na memória hegemônica da região como branca e europeia.

Na periferia da cidade localizavam-se os bairros onde moravam as pessoas mais pobres: a Figueira, a Tronqueira, a Pedreira, o Beco do Sujo, o Toca, o Campo do Manejo, e o Cidade Nova faziam parte do mundo habitado por pessoas de origem africana. O bairro da Figueira: a oeste do centro histórico de Florianópolis, possuía trapiches, estaleiros, armazéns, inúmeras casas de negócios, hotéis, padarias, boticas, o que, segundo Cardoso, transformou a “região em uma ativa zona produtiva e, ao mesmo tempo, atraiu centenas de miseráveis de todos os matizes em busca de trabalho e moradia. Era uma área ativa e perigosa, onde nem mesmo as forças de segurança pareciam estar a salvo” (CARDOSO, 2005, p. 49).

Nesta área movimentada e central localizava-se a capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, cuja construção ocorrera na

primeira metade do século XVIII, mas por conta da invasão espanhola, em se tratando da fragilidade da capela de madeira, foi destruída (SIMÃO, 2008, p. 41-42; RASCKE, 2008, p. 83-113). Aos poucos, em fins do século XVIII uma nova capela tomava forma, entendendo que certa lentidão das obras relacionava-se aos poucos recursos e ao pouco tempo dos/as irmãos/ãs, que construíam apenas de acordo com os dias que lhes eram permitidos pelos seus senhores.

Nos documentos ainda existentes na Irmandade sobre o período (Livros Ata, Caixa, Registro de Irmãos e Correspondências), encontramos itens que fizeram parte das despesas da capela durante praticamente todo o século: pedra, cal, vidros, pregos, tijolos, tábuas, telhas, e tantos outros utensílios e materiais. Além destes, era recorrente o pagamento de pessoas para a execução do serviço, tanto das obras como da conservação do local. Deste modo, além de reformar, era preciso manter o local asseado, limpo e dentro das normas municipais. A edícula foi construída na antiga Rua do Rosário, hoje Rua Marechal Guilherme, próximo a Igreja Matriz da cidade de Florianópolis.

A capela foi erguida por homens e mulheres africanas, mas era frequentada por inúmeros grupos populacionais de diferentes origens. Sobre especificidades e alguns indicadores de associados/as, tecemos algumas breves considerações. Santos (2009) coletou informações na Irmandade do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, constituindo subsídios sobre seus membros/integrantes durante mais de um século. Os dados permitem a percepção geral da condição de seus/suas integrantes, além de numerá-los em cada uma destas condições, conforme tabela a seguir.

**Tabela 1 - Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos entre 1728 e 1899<sup>4</sup>**

<b>Condição</b>	<b>Número de Filiados/as</b>
Homens Cativos	308
Mulheres Cativas	405
Homens Libertos	61
Mulheres Libertas	79
Homens livres	421
Mulheres Livres	501
<b>TOTAL</b>	<b>1.771</b>

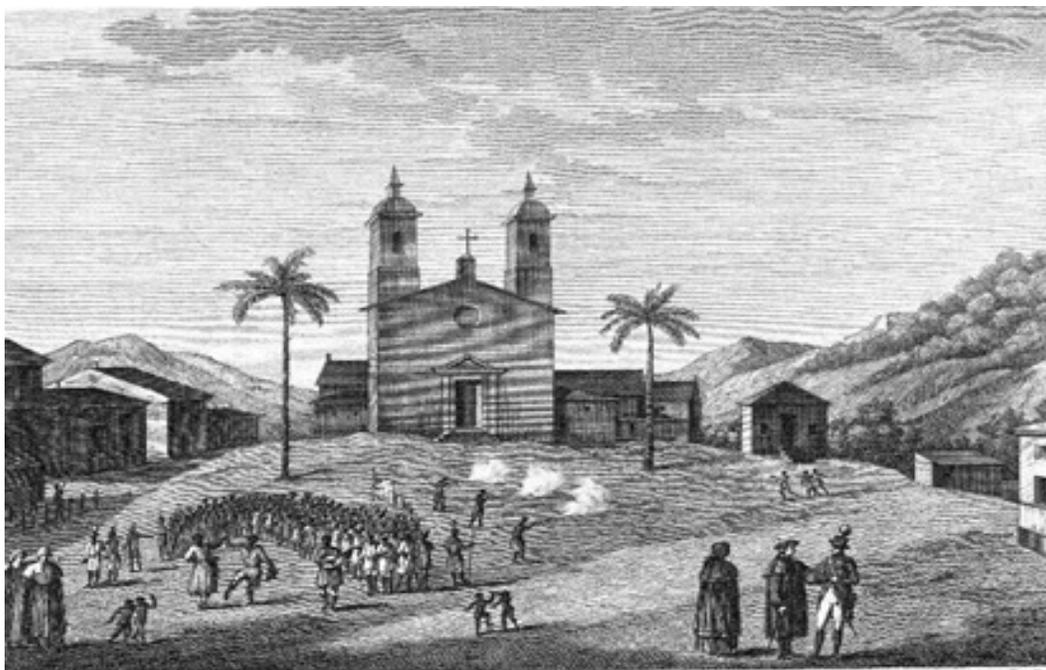
Interessa, a partir destes dados, perceber a condição jurídica destes associados e sua divisão por gênero. Deprendemos da tabela que 853 membros possuíam origem africana, visto sua vinculação à condição de cativo/a ou liberto/a; enquanto 922 assentamentos são de homens e mulheres livres, cuja origem não podemos indicar estatisticamente, pois poucos registros informam este dado. Sabemos que muitos eram lusos, imigrantes alemães, espanhóis, poloneses, afro-brasileiros livres; mas não sabemos em números ou percentuais, quantas pessoas pertenciam a cada nacionalidade.

No âmbito das discussões sobre a Irmandade do Rosário da capital catarinense, Simão interpreta que as devoções a Nossa Senhora e São Benedito possuem origens medievais portuguesas. Além das discussões sobre a devoção, o foco de Simão é analisar o perfil dos irmãos e irmãs que entram na instituição em meados do século XIX. Os mais variados cargos, posições sociais e condições jurídicas fazem parte deste universo (SIMÃO, 2008). Mas, é importante destacar que a Mesa Administrativa e as decisões da Irmandade eram tomadas por seus representantes pretos (africanos).

### **Comemorações festivas – uma Irmandade em devoção performativa**

Uma gravura, do início do século XIX, desenhada por um dos tripulantes de Georg Henrich von Langsdorff,<sup>5</sup> indica a comemoração de passagem de ano ocorrida na Ilha de Santa Catarina, atualmente denominada Florianópolis. A imagem traz em si elementos que merecem nossa atenção neste artigo.

Percebemos uma procissão em blocos com figuras destacadas à frente da procissão – uma espécie de abre alas, identificando e nomeando quem vem –, carregando um objeto semelhante a um cetro e uma espécie de coroa sobre a cabeça. Fogos de artifício anunciavam danças, crianças, alguma autoridade da lei nas proximidades (à direita), junto ao que imaginamos ser um padre e comemoração. O acontecimento deu-se em frente à Capela Nossa Senhora do Desterro, hoje em dia Igreja Matriz ou Catedral Metropolitana.



*Festa de negros na Ilha de Santa Catarina – 1803<sup>6</sup>*

Festa de negros na Ilha de Santa Catarina – 1803<sup>6</sup>

Sabemos que as comemorações em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, organizadas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/Florianópolis, datam do século XVIII, pelo menos. Oswaldo Rodrigues Cabral salienta que já em 1777, uma das irmãs, tendo sido coroada rainha naquele ano, deixa de entregar sua coroa de prata (CABRAL, 1950, p. 05) à Irmandade. Segundo relata este autor, a eleição de rei e rainha do Rosário ocorria anualmente e sempre se elegia um irmão e uma irmã cativa. A exceção de 1790, ano em que o rei foi um branco livre.

Ocorrência interessante, pois o cargo de rei, historicamente e pela formação da associação, pertencia aos “homens pretos” (africanos). No entanto, a figura coroada como rei era Joaquim Francisco do Livramento, mais conhecido como irmão Joaquim. Filho de Tomaz Francisco da Costa, “homem abastado e conceituado, (...) a sua vocação revelou-se desde cedo, determinou enveredar pelo caminho que fez do Poverelo de Assis um dos maiores Santos de todos os tempos” (CABRAL, 1950, p. 07).

Talvez a história de vida e a opção pela pobreza, caridade e solidariedade aos pobres e oprimidos tenha sido motivo de integração tão marcante do Irmão Joaquim à Irmandade do Rosário. Sendo “homem branco” poderia entrar na associação, mas

alcançar o posto de rei significava tratar-se de alguém bastante importante aos olhos dos irmãos do Rosário. Cremos que Cabral percebeu a humildade e pobreza do “franciscano” como motivo de identificação com os “pretos” do Rosário.

No Brasil, segundo informações dispostas por Nirlene Nepomuceno, o registro mais antigo encontrado até agora referente à presença de reis africanos data da primeira metade do século XVII. Este caso não registra uma eleição ou uma entronização/coroação, como aconteceu em muitos lugares posteriormente, inclusive na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Desterro, mas representou o movimento de uma apresentação ritual durante a visita de um embaixador do rei do Congo ao Recife, em 1642, então sob o domínio dos holandeses. O acontecimento, envolvendo “danças e simulação de lutas com espadas, foi imortalizado pelo cronista Gaspar de Barleus, encarregado de enaltecer os feitos do conde Maurício de Nassau nos trópicos” (NEPOMUCENO, 2011, p. 63).

A coroação de rei e rainha na Irmandade do Rosário de Florianópolis ocorreu até o ano de 1842 quando, a partir de um novo Compromisso,<sup>7</sup> a Irmandade deixou de ter estes cargos, após os desentendimentos envolvendo crioulos, pardos e pretos. Durante a primeira metade do século XIX, a partir de informações contidas no Livro Tombo da Irmandade,<sup>8</sup> a maioria dos reis e das rainhas eleitas e coroadas era de origem africana, em sua maioria, cativos/as. Em alguns casos, como ocorreu em 1823 e em 1825, as rainhas foram mencionadas precedidas do significante *senhora* à frente do nome, o que nos indica, possivelmente, tratar-se de uma senhora livre. Nos demais casos, sempre há elementos que permitem apreender a origem africana: quando os nomes são acompanhados da condição de cativo/a e do nome do/a senhor/a, ou então quando os sobrenomes nos apontam esta origem, como percebemos em Ana Rosa de Jesus (sobrenomes indicando menção a um santo ou referência cristã), Ana Angélica (Angélica era o nome da senhora de Ana e fora acrescentada ao seu nome), Aurora de Jesus.

O título de rei e de rainha indicam figuras de realce tanto em Portugal como em África. Portugal, por sua estrutura governamental baseada na realeza e, em África, muitos povos se utilizaram de “elementos reais” em suas formas de administração. Neste sentido, Marina de Melo e Souza (2002) estabelece conexões entre os elementos reais – coroa, cetro, manto,<sup>9</sup> trono – em Portugal, em África e na diáspora. Segundo interpretação da autora, muitos africanos e africanas utilizaram estes ornamentos em suas manifestações festivo-religiosas a partir de suas vivências e concepções africanas.

As coroações no Brasil ocorriam durante as festividades em homenagem aos chamados santos pretos ou negros, pelas ruas das cidades, numa manifestação de inversão da ordem social (SCARANO, 1978) estabelecida. Desde o século XVII, quando surgiram as primeiras irmandades do Rosário organizadas e frequentadas por africanas/os e seus descendentes, muitas foram as reclamações e as manifestações públicas por parte de autoridades, elites e viajantes. As festas africanas no Brasil e na diáspora, no entendimento de Nirlene Nepomuceno, expressam

tensões e apontam para artimanhas de sobrevivência cultural, traduzidas nas incorporações seletivamente elaboradas de determinados elementos, que confundiam aqueles responsáveis por controlá-las e por zelar pelo exercício de práticas “civilizadas”.

Em certos casos, as festas negras eram vistas com temor, pelo potencial de revolta que guardavam; em outros, eram encaradas de forma oposta, como um instrumento necessário para aquebrantar pressões decorrentes dos rigores da escravidão. (NEPOMUCENO, 2011, p. 07)

Em Desterro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos manifestava sua devoção em performances em procissões homenageando santos padroeiros. Africanos/as e seus descendentes, coroados com toda a pompa, desenvolviam pelas ruas da cidade e aos arredores da Capela do Rosário, com ritmos, sons e musicalidade, práticas devocionais de um catolicismo leigo, permeado de elementos incorporados por populações das diásporas nas Américas.

No ano de 1841, os cargos de rei e rainha foram eleitos pela última vez, sendo o irmão Eleuterço, “escravo de Dona Anjelica França” eleito para rei e a irmã Laureana, “escrava de Dona Ana Joaquina de Proença”, para o cargo de rainha,<sup>10</sup> funções a serem desenvolvidas em fins daquele ano até o ano de 1842 quando, em outubro, ocorreria a próxima eleição.

O momento da festa apresentava-se como destaque na vida da Irmandade, visto que muitos dos registros<sup>11</sup> levantam esta atividade devocional e o compromisso como fundamental a cada ano. Assim, o festejo organizava-se antecipadamente, de acordo com as possibilidades financeiras. Missa solene, cantada ou rezada,<sup>12</sup> de acordo com recursos e pompa pretendidos na ocasião; procissão em via pública, levantamento do mastro com a bandeira da associação, coroação do rei e da rainha do Rosário, banda de música para animar a celebração e comidas para degustação após o enredo organizado. Nos dizeres de Célia Maia Borges, “tudo isso exigia encontros para produzir o ritual,

como combinar a comida, prepará-la, confeccionar a indumentária dos participantes, ornamentar a via pública e o trono da realeza” (BORGES, 2005, p. 181).

Assim, muitas vezes, Eleuterço e Laureana devem ter se dirigido à capela da Irmandade para pensar, junto aos demais membros da Mesa, nos preparativos festivos. Provavelmente, ambos moravam nas proximidades da capela, em bairros como a Figueira e a Tronqueira, que abrigavam parcelas das populações de origem africana cativas do período. Eleuterço e Laureana foram os últimos a utilizar os ornamentos em rituais de coroação. Eleuterço vestiu-se com o manto, o cetro e a coroa da Irmandade; Laureana, trajada de rainha, utilizou também a coroa que o cargo recomendava. Talvez, ainda aquela coroa de prata “esquecida” de ser entregue por uma antiga rainha em 1777. A coroa constituía elemento marcante junto ao figurino festivo de coroação. Utilizada pela rainha, completa o traje real, objeto de uso também do rei. Homens e mulheres, cativos e cativas de diferentes procedências africanas, celebravam suas práticas, devoções e sociabilidades.

Havia muitas cores, música, instrumentos, adereços em todos/as os/as participantes e, principalmente, cuidados... a rainha, destaque da festividade, muitas vezes ficava resguardada do sol, sob uma espécie de grande guarda-sol. Não uma cópia dos procedimentos de origem europeia, mas a incorporação de elementos de realezas africanas torna-se marcante. Incorporar significa neste momento, utilizar-se de elementos de outros grupos culturais ou étnicos e reinterpretá-los, apropriar-se de modo a satisfazer demandas culturais e práticas dos grupos que as selecionaram. Neste sentido, incorporar adereços e posturas reais europeias podia ser uma forma de constituir laços e conseguir aglutinar pessoas cativas em meio a todos os impedimentos vindos das autoridades, por receios de rebelião, fugas, etc. Por outro lado, muitos africanos e africanas estavam envolvidos em formações estatais em África, antes de aportarem no Brasil pelo tráfico. Assim, a estrutura real era praticada por diferentes povos africanos a seu modo, sendo, entretanto, constituída por objetos, insígnias e adereços semelhantes.

Além de uma tática de resistência numa sociedade que pretendia o controle sobre manifestações de origem africana, muitos estudos indicaram que elementos da realeza eram conhecidos por diferentes povos africanos antes do contato com portugueses,<sup>13</sup> pois suas práticas culturais em África se utilizavam destas insígnias. A figura do rei e da rainha coroados em praça pública também poderia simbolizar um papel político importante e saberes ancestrais, como bem aponta Nirlene Nepomuceno:

Ridicularizados por autoridades coloniais e por religiosos, que costumavam classificá-los como “reis de fumaça” ou “reis imaginários”, esses soberanos negros cumpriam um papel cujo significado, reunindo poder político e saberes ancestrais, fugia ao entendimento daqueles externos ao grupo. A despeito da condição de “imaginários”, infligiam temor naqueles encarregados de zelar pela ordem, receosos do alcance de sua influência sobre o grosso dos escravos, não sendo poucas as iniciativas para o banimento da eleição e coroação desses dignitários. (NEPOMUCENO, 2011, p. 70)

Além da coroa do rei e da rainha, a santa prestigiada – Nossa Senhora do Rosário – também possuía uma coroa. Ao que tudo indica a Igreja Católica não veria com bons olhos uma manifestação devocional e o cortejo na qual a figura central estivesse fora de seu universo de controle e santificação. Assim, a figura central da coroação, a partir da visão da Igreja, era a santa (Nossa Senhora do Rosário), enquanto para as populações frequentadoras da Irmandade, a santa era importante, mas seu rei e sua rainha tinham papel simbólico no intermédio entre dois mundos: o espiritual, dos ancestrais; e o terreno, dos homens e mulheres.

Para Julita Scarano, nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário foi que as populações de origem africana conservaram seus reis e rainhas, “personagens esses que terão lugar de prestígio, aos quais se tributa homenagem e respeito, e que ocupam posição de realce sobretudo durante as festividades e comemorações”. Os reis ocupavam lugar de destaque na associação, tendo espaço privilegiado no altar-mor. Os trajes, adornos, símbolos reais, refletiam a importância destes cargos. “Estes reis negros, apesar de se vestirem à maneira dos brancos, dançam suas danças próprias, cantam suas canções de mistura com as letras da oração” (SCARANO, 1978, p. 45).

Os estudos realizados sobre as irmandades leigas organizadas por pretos e pardos nos séculos XVIII e XIX sugerem formas de manifestação festiva, danças, músicas e performances, utilização de instrumentos musicais indicativos de uma forma de festejar própria da diáspora africana no Novo Mundo.

Em 1815, durante passagem pela Ilha de Santa Catarina, o viajante naturalista Louis Choris deixou um relato, permeado de detalhes, com suas impressões sobre festividades africanas realizadas na Ilha:

Os negros não trabalham aos domingos. Durante as festas de fim de ano gozam de uma liberdade quase ilimitada. Eles se reúnem em grupos de dez a vinte; seus senhores os vestem de seda com ornamentos bizarros que consistem em plumas, fitas, e pequenos espelhos. Cada grupo tem um chefe que está armado com uma espada; outros têm címbalos, flautas e tambores, pedaços de bambus talhados

em cortes transversais; pulam por cima de uma vara com bastante ligeireza, produzindo uma espécie de som rouco.

(...) Estes grupos vão de casa em casa dançando; e quanto mais se aproxima o fim destes três dias, mais eles se extravasam em arrebatamento nos seus prazeres (...). Os negros amam a dança, iniciando este divertimento pela tarde. Um negro e uma negra dançam sozinhos, muitas vezes ao som de um instrumento chamado “Carimba” pelos portugueses, e “Bansa” pelos negros. Este instrumento é formado de uma tabuinha com uma base longa, na extremidade da qual batutas de ferro aplanadas são fixadas umas ao lado das outras sobre um pequeno cavalete de ferro ou de madeira, que as sustém. Troncos colocados de cada lado servem para segurá-lo e também emitir um som. Pressiona-se a ponta das batutas de ferro com o polegar, resultando disso uma espécie de som queixoso. O homem que toca este instrumento serve-se de acompanhamento um canto que faz freqüentemente correr lágrimas dos olhos dos negros, de maneira que se vêem os negros dançando e chorando ao mesmo tempo. (HARO, 1996, p. 243)

A partir deste relato rico em detalhes percebemos alguns instrumentos utilizados pelas populações africanas e seus descendentes na realização das festas, como flautas, kalimbas e tambores, presentes em relatos sobre outras províncias do país nos séculos XVIII e XIX. A “carimba” ou “bansa” também é encontrado grafado de outras formas, como “kalimba”, “sanza” ou “likembe”,<sup>14</sup> por exemplo, de acordo com a região a qual pertenciam os povos africanos. Era um instrumento muito comum e utilizado na ocasião dos festejos. Produzido em madeira ou cabaça, tinham uma abertura e uma sequência de filetes de metal, produzindo som forte quando tocados. Os protagonistas da festa reuniam-se em grupos, aos olhos do viajante, dispoendo de uma “liberdade quase ilimitada”, pois se tratavam de cativos com liberdade para festejar “entre os seus”. As festas eram momentos de catarse, de renovação de energias, muito além de meros divertimentos, constituindo encontros em que sensibilidades afloravam, onde choro e dança se encontravam ao celebrarem suas tradições em cativeiros. A partir do relato percebemos os grupos produziam sonoridades em “som queixoso”, revelando seus estados emocionais e subjetividades na diáspora.

Segundo informações do viajante, os grupos estavam trajados com muitos ornamentos vestidos pelos próprios senhores, com seda e “ornamentos bizarros”, constitutivos de culturas diversas ao modo europeu de enxergar o mundo; além de festejarem dias seguidos – muito sintomático, serem três dias de festa, num final de ano, nas proximidades do Natal, semelhança que ocorreu posteriormente com os festejos de carnaval.

Chamou-nos atenção o fato de “um negro e uma negra dançarem sozinhos”, ao som da “kalimba”, acompanhados de um canto que não podemos identificar qual seja. Este trecho nos incita a pensar nos elementos citados e semelhantes aos festejos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, quando da ocasião das homenagens à padroeira, anualmente, em dezembro. Aproxima-se o fato de que, em ambas as festividades, “um negro e uma negra” dançavam ao som de instrumentos, cantos e um grupo de pessoas a acompanhá-los. Este “casal” de africanos seria um rei e uma rainha coroados por ocasião da festa a Nossa Senhora do Rosário? Não podemos afirmar tal pretensão, mas os trajes ornamentados com plumas, fitas e outros adereços, indicavam um jeito de vestir próprio para as comemorações; um jeito próprio de vestir e dançar ao som de seus instrumentos. O fato de estarem “sozinhos”, “distanciados” dos membros dos demais grupos, pode ser sugestivo de algum tipo de distinção de comemoração em que um homem e uma mulher, africanos ou de descendência, tinham destaque, referência.

O viajante, ao ressaltar que o canto fazia “frequentemente correr lágrimas dos olhos dos negros, de maneira que se veem os negros dançando e chorando ao mesmo tempo”, permite-nos inferir que o canto causava tristeza/melancolia ao possibilitar relembrar vivências em África e a situação de cativo experienciada no Brasil. Cantavam e dançavam, ao passo que também choravam. Talvez o canto e o choro fossem revivências coletivas do passado e reatualizações culturais, experienciando uma memória comunitária em relação à terra que ficou para trás, do outro lado do Atlântico. A kalimba, tocada por um homem do grupo de pessoas a rememorar lembranças e reatualizar práticas culturais, é um instrumento africano, com um som próprio, descrito pelo viajante como “queixoso”, ou seja, produzindo som de lamento, sentimento, tristeza.



Desenho do viajante Louis Choris, retratando as danças e as músicas na Ilha de Santa Catarina no século XIX<sup>15</sup>

Interessante ainda a presença de dois personagens armados com espada feita de bambu. A “brincadeira”, protagonizada por dois “chefes”, um de cada grupo, assemelha-se muito ao cacumbi, manifestação de origem africana com presença marcante em Desterro (Santa Catarina) até a segunda metade do século XX, e com características/elementos semelhantes aos destacados pelo viajante. Assim, cada um com sua “espada”, desenvolvia uma espécie de teatralização de práticas, envolvendo cantoria coletiva, ritmada e repetitiva. Práticas culturais existentes, talvez não da mesma forma, ainda no século XX; mas com elementos, cores, danças remetendo às vivências culturais africanas em Florianópolis.<sup>16</sup>

Ao mesmo tempo, havia dança, performance, “luta”. Uma série de elementos constitutivos de códigos culturais de matriz africana. A imagem a seguir, retratada por Choris, permite-nos vislumbrar um grupo de africanos ou afrodescendentes no interior da Ilha de Santa Catarina, dançando e, provavelmente, cantando ao som de seus instrumentos. Na ilustração vemos um homem sentado sob a árvore, uma mulher de pé ao seu lado, pouco distanciados do grupo de dançantes.

Um homem, talvez um jovem, porta um tambor e toca-o produzindo sonoridade, ritmo, emoção e lembranças, ao que duas integrantes daquele grupo, dançam. Outro

homem parece segurar um pandeiro que, apesar da pouca visibilidade dada pela imagem, aparece no relato do viajante em forma de descrição. A dança parece alegre, comemorativa. Ao fundo, em menor destaque, um casal caminha de braços dados, a olhar as paisagens. Talvez, proprietários daquelas terras interioranas e senhores daqueles homens e mulheres que festejam o final de ano, cantando, festejando e, ao que se assemelha, sambando.

Louis Choris, o viajante do século XIX, ainda relata mais algumas considerações a respeito de sua estada e dos “divertimentos negros”. Pertinente perceber os elementos de ligação da fala do viajante a imagem produzida por ele, a performance, a dança e as práticas. Eram meros divertimentos a olhares externos, para eles podiam ser reencontros com seus pares, atualizando tradições e memórias de Áfricas, em atividades consagradoras de seus sentimentos africanos, ainda que escravizados no Brasil.

Pelo fim do dia os negros, para distraírem seus trabalhos penosos, reúnem-se e dançam: por toda a parte onde esta raça de gente habita, ela se entrega com paixão ao divertimento. A orquestra é simples; um dançarino toca o pandeiro, e acompanha assim seus passos e os de uma ou duas dançarinas, enquanto que um dos espectadores bate sobre um tamborim esperando o momento em que ele o deixará para figurar, por sua vez, com o pandeiro. (HARO, 1996, p. 246)

Nas palavras de Muniz Sodré (1998), existe na música africana a chamada sincopa,<sup>17</sup> dita como a “batida que falta” e que, necessariamente, produz uma incitação ao preenchimento dessa espécie de “espaço” temporal existente entre uma marcação e outra. Segundo o autor, “tanto no *jazz* quanto no *samba*, atua de modo especial a sincopa, incitando o ouvinte a preencher o tempo vazio com a marcação corporal – palmas, meneios, balanços, dança” (SODRÉ, 1998, p. 11). O corpo, o ouvir, o falar, o cantar, produz movimento e, quando celebrado com vários corpos, mãos, falares, cantares, recria experiências, reatualiza vivências culturais. “Entre o tempo fraco e tempo forte irrompe a mobilização do corpo, mas também o apelo a uma volta impossível, ao que de essencial se perdeu com a diáspora negra” (SODRÉ, 1998, p. 67). Mobilizar o corpo, a performance, movimenta saberes, modos de vida alterados e ressignificados na diáspora.

No ano de 1838, o Rei Gabriel e a Rainha Ana Angélica<sup>18</sup> vivenciaram um momento especial na festa em homenagem à santa do Rosário: foram coroados, desfilaram pelas ruas da cidade e compartilharam a festividade com inúmeros irmãos e irmãs da associação. Os desfiles ou danças, componentes das procissões pelas ruas,

simbolizavam “fenômenos comunitários e hierárquicos” (PRIORE, 2000, p. 31), exprimindo solidariedades comunitárias e, ao mesmo tempo, seguindo alguns movimentos traduzidos ao catolicismo. Constituíam espaço de alteração do cotidiano, com instrumentos musicais, danças performativas e um “barulho” envolvente, ou “estrondoso” e ininteligível aos ouvidos europeizados.

Vislumbramos ser a rua o espaço principal ocupado pelas populações; bebidas e comidas congregavam o cortejo; além de percebermos a possibilidade de vivências múltiplas de inúmeras “nações africanas”, a dançar e folgar ao som de músicas, instrumentos ou cantorias próprias, onde os corpos produziam sons, performances e celebrações. Talvez, aos olhos das autoridades, a quantidade de afros organizados em torno de uma devoção, coroando seu próprio rei e rainha representasse “perigo” e, conseqüentemente, medo de uma possível manifestação contrária à “ordem escravista”. Como bem ressaltou Reis, os batuques permeados de danças e “cenas públicas de sensualidade negra” indicavam imoralidades e indecência, tendo as famílias brancas que se “preservar” de tais “desonestidades”. Ainda, “desonestidade não combinava com civilização. Já que parecia difícil fechar os olhos, cabia proibir”.<sup>19</sup> Sendo assim, estes modos de festejar causavam desgosto, desconforto, desassossego e impactavam pelas performances corporais que produziam.

Percebemos, a partir de nossas leituras, que práticas de coroação de reis e rainhas negras ocorreram de formas diversas em todo o território brasileiro: algumas irmandades tiveram estes cargos ou representantes até o final do século XVIII, enquanto outras deixaram de manifestá-los no começo do XIX; tantas, como a irmandade do Rosário de São José, “vizinha” a de Desterro/Florianópolis, anunciavam “tranquilamente”, em 1851, que haveria festividade, coroação de rei e rainha e muitas comemorações (SILVA, 2011; SIMÃO, 2008); e algumas, no entanto, coroam rei e rainha até os dias de hoje.

### **Considerações finais**

Este texto pretendeu, a partir do estudo sobre experiências de uma Irmandade leiga, conhecer aspectos da história e cultura de Desterro/Florianópolis, capital de Santa Catarina, lugar vinculado a uma memória hegemônica sobre a presença europeia e invisibilizante no que tange às vivências culturais e históricas de outros povos.

Percebemos, por meio de documentos diversos, manifestações culturais de matrizes africanas pautadas em laços comunitários e diferentes modos de vislumbrar o mundo.

Pautando-nos especialmente nas práticas festivas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos vivenciadas no século XIX, foi possível vislumbrar códigos culturais performativos, vividos no cotidiano de uma associação católica. A partir destes elementos adentramos no universo cultural de populações de origem africana que construíram sua própria forma de viver o catolicismo e utilizaram o espaço de uma Irmandade para arquitetar laços de solidariedades.

### Referências Bibliográficas

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de cor e de fé: irmandades na Parahyba do século XIX*. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. *Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Coedição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ANTONACCI, Antonieta Martines. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrismo. In: *Memórias Ancoradas em Corpos Negros*. São Paulo: EDUC, 2013.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

CABRAL, Oswaldo R. *Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Florianópolis, 1950.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *História de Florianópolis – Ilustrada*. Florianópolis: Insular, 2005. 2ª ed.

HARO, Martim Afonso Palma de (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC/Editora Lunardi, 1996, 3ª. ed.

HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 44, p. 173-193, jun. 2012.

LUCINDO, Willian Robson Soares. *Educação no pós-abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)*. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

LUVIZOTTO, Rodrigo. *O diário de Langsdorff: o éthos do cientista-viajante*. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2007.

MACEDO, Lisandra Barbosa. *Ginga, Catarina! Manifestações do samba em Florianópolis na década de 1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NEPOMUCENO, Nirlene. *Celebrações negras do ciclo natalino*. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. São Paulo: PUC-SP. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011.

PRIORE, Mary Lucy Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. (a)

RASCKE, Karla Leandro. *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)*. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

SANTOS, André Luiz. *Do Mar ao Morro: a geografia da pobreza urbana em Florianópolis*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2009.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional. 1978. 2ª ed.

SILVA, Janaina Amorim da. *Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no pós-abolição*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

SIMÃO, Maristela dos Santos. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII*. Lisboa: UL. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.

SIMÃO, Maristela Santos. “*Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte*”- A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Itajaí: Casa Aberta, 2010.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Escravidão Africana e Religiosidade Católica (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Trabalho apresentado ao Prêmio Silvio Romero, 1999.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 2ª. ed.

SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista*. História da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STAKONSKI, Michelle Maria. *Da Sacristia ao Consistório: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910)*. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

TAVARES, Mauro Dillman. *Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. São Leopoldo: UNISINOS. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2007.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto de minhas discussões para a realização da dissertação de mestrado intitulada “**Divertem-se então à sua maneira**”: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940), defendida em 2013 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação da profa. Dra. Maria Antonieta Martines Antonacci, com bolsa de financiamento da CAPES e do CNPQ.

<sup>2</sup> No século XVIII, as irmandades remetiam seus compromissos a Lisboa, para aprovação da Coroa, motivando inclusive o cuidado com estes documentos, visto a demora na autorização e a viagem necessária a Portugal para aprovação. Até a República, “em função do Padroado Régio, estes estatutos compromissais deveriam ser aprovados tanto pela Igreja Católica quanto pelo Estado”, representando o poder temporal e o espiritual, respectivamente. Com a assinatura do Decreto que firmou a separação entre Igreja e Estado (1890) e a Proclamação da República (1889), o Padroado foi abolido. Neste período a Igreja Católica passou por reformas estruturais.

<sup>3</sup> Segundo trabalho de MATTOS, 1998, p. 30; interpretação incorporada também por CARDOSO, 2005, ao pensar as populações de origem africana em Desterro no século XIX: a cor estava associada à condição social do indivíduo. Portanto, no entendimento de Mattos e Cardoso: mulato era a pessoa de origem africana de pele clara; o termo pardo significava o escravo descendente de homem livre (branco) ou nascido livre, mas com as marcas da ascendência africana; preto designava a origem africana; crioulo era o escravo nascido no Brasil. “Já a palavra ‘negro’ designava sempre a condição cativa do indivíduo”. Consultar: CARDOSO, 2005, p. 203.

<sup>4</sup> Fonte: Tabela organizada a partir dos “Registros de Irmãos 1728 – 1899” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. SANTOS, 2009, p. 204. Mantivemos a nomenclatura da Irmandade de acordo com a época, pois apenas a partir de 1905 foi retirada a denominação “dos homens pretos”. Com relação à condição, optamos por uma alteração na tabela, visto que apenas os livres possuíam o substantivo homem e mulher à frente da condição. Considerando importante consolidar uma memória mais humanizadora de homens e mulheres que experienciaram a

escravidão e/ou o pós-emancipação, incluímos nas condições de libertos e cativos (que na tabela de Santos apareciam como escravos) os substantivos masculinos e femininos adequados (homens e mulheres).

<sup>5</sup> “O Barão Georg Henrich von Langsdorff, chefe da expedição russa que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, nasceu no reino de Hessen em 1774, na localidade de Wölstein, Alemanha. Em 29 de junho de 1852, aos 78 anos, ele faleceu na cidade de Freiburg, em Breisgau. De 1783 a 1793, estudou nos ginásios de Buchweiler (Alsácia) e de Idstein (Hessen-Nassau). Na Universidade de Göttingen estudou Ciências Naturais e Medicina, doutorando-se aos 23 anos em Medicina”. LUVIZOTTO, 2007, p. 12.

<sup>6</sup> Imagem disponível em: CORRÊA, 2005.

<sup>7</sup> O Compromisso de 1842 excluiu os cargos de rei e rainha e a representação de maior destaque e atuação na Mesa Administrativa passou a ser o juiz de Nossa Senhora, seguido do juiz de São Benedito. O culto a este santo teve início na Irmandade na década de 30 do século XIX.

<sup>8</sup> Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. **Livro Tombo I (1745-2006)**. Florianópolis: Utilidade Pública Estadual e Municipal, Tombamento Estadual e Municipal, Patrimônio Público Estadual, 2006.

<sup>9</sup> No entendimento de Mariza de Carvalho Soares, que estudou irmandades religiosas organizadas por africanos no Rio de Janeiro no século XVIII, “assim como a irmandade sai incorporada’ com suas capas e alfaías, também a folia é apresentada ao público em trajes especiais, com manto, coroa, cetro, bastão e vara. Os reis e rainhas da folia não caminham sob o sol ou a chuva, havendo sempre quem lhes cubra a cabeça coroada com um grande guarda-sol, ao som de tambores e outros instrumentos. As irmandades e as folias assim como as corporações de ofício, têm seus estandartes e também sua bandeira, que fica hasteada durante os dias de festa”. SOARES, 1999, p. 155.

<sup>10</sup> Pasta de Folhas Avulsas (1788-1905), p. 10, Documento 04, pertencente ao Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

<sup>11</sup> Livros Ata, Caixa e Compromissos.

<sup>12</sup> De acordo com estudo realizado por Mauro Dillman Tavares sobre as Irmandades Religiosas em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, os termos missa rezada, cantada e solene têm significados diferentes implicando desde a questão dos recursos financeiros até a pomposidade da missa. Assim, quando nossa documentação informa que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito pôde apenas realizar uma missa rezada - normalmente, quando estava sem recursos por causa das obras constantes, por exemplo -, sendo esta uma celebração mais simples, sem ritos especiais e contendo somente preces litúrgicas; a missa cantada constituía elementos de uma celebração mais solene e orações cantadas; já uma missa solene integrava um campo de elementos de maior pomposidade, estando os irmãos participantes vestidos com suas opas e a cor da Irmandade, a celebração realizada por um membro superior da Igreja – um bispo, por exemplo -, a capela e todo o altar deveriam estar decorados, enfeitados com flores, mantos e todos os preparos necessários a ocasião. Consultar: TAVARES, 2007, p. 165.

<sup>13</sup> Consultar: HEYWOOD, 2009; SOUZA, 2002; BORGES, 2005.

<sup>14</sup> Maiores informações em: <http://www.kalimba.art.br/kalimbas.html>. Acesso em 25 de setembro de 2012.

<sup>15</sup> Fonte: HARO, 1996, p. 240.

<sup>16</sup> Sobre a presença de dois grupos de Cacumbi em Santa Catarina na segunda metade do século XX, consultar: ALVES, LIMA, ALBUQUERQUE, 1990.

<sup>17</sup> “Síncopa, sabe-se, é a ausência no compasso da marcação de um tempo (fraco) que, no entanto, repercute noutro mais forte”; “A síncopa garantia a recriação ou reinvenção dos efeitos específicos dos instrumentos de percussão dos negros”. SODRÉ, 1998, p. 11; 31.

<sup>18</sup> Livro Ata 1 (1816 – 1861), p. 67. Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

<sup>19</sup> REIS, 2002, p. 126.